

MEMÓRIA E IDENTIDADE SEM CRISE

Prof^a. Dra. Suzete Maria Santin

Resumo

O presente artigo objetiva-se à fundamentação do debate cultural que se estabelece na comunidade camaquense, a partir do I Fórum de Cultura e Identidade, um projeto da Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul, com o apoio da Escola de Humanidades da PUC-RS. O objetivo do projeto é o de assegurar a existência de valores culturais camaquenses, a partir de memórias coletadas sobre acontecimentos, personagens e lugares (elementos constitutivos da memória individual e coletiva, conforme Pollak (1989), por meio de histórias de vida, experiências e significados, saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais, resgates de uma identidade subsumida na factualidade objetiva da história local. O Fórum de Identidade Cultural Camaquense, cuja primeira edição foi realizado em outubro de 2017, abre importante espaço para encontro e divulgação de ideias que permitam construir esse debate solidamente. Para a realização desse intento, alguns conceitos sobre memória e identidade, e as definições que deles advêm serão discutidas de forma genérica para, posteriormente- em edições futuras do Fórum), ampliar-se o debate com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja. Os fundamentos teóricos reflexivos trazem ao debate perspectivas, filosóficas, sociológicas e antropológicas, caras à esta proposta que, na sua construção, inevitavelmente, voltar-se-á às narrativas memoriais no resgate e ou definição de uma identidade local, reorganizando para isso as experiências e os significados que repousam nos fatos e acontecimentos do passado. Nesse sentido, as bases fundamentais para as noções de memória, cultura e identidade encontram aporte nas obras de estudiosos das questões que envolvem a memória e identidade e suas relações com o contexto de globalização e universalização, forças estruturantes e organizativas da contemporaneidade.

Resumen

El presente artículo se objetiva a la fundamentación del debate cultural que se establece en la comunidad camaquense, a partir del I Foro de Cultura e Identidad, un proyecto de la the Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul- FUNDASUL con el apoyo de la Escuela de Humanidades de la PUC-RS. El objetivo del proyecto es el de asegurar la existencia de valores culturales litúrgicos, a partir de memorias recogidas sobre acontecimientos, personajes y lugares (elementos constitutivos de la memoria individual y colectiva, según Pollak (1989), por medio de historias de vida, experiencias y el Foro de Identidad Cultural Camaquense, cuya primera edición fue realizada en octubre de 2017, abre un importante espacio para el encuentro y divulgación de ideas que permitan (...) para construir este debate sólidamente. Para la realización de este intento, algunos conceptos sobre memoria e identidad, y las definiciones que de ellos vienen serán discutidas de forma genérica para posteriormente en ediciones futuras del Foro), ampliar el debate con cuestiones más específicas para la construcción del memorial que se desea. Los fundamentos teóricos reflexivos traen al debate perspectivas, filosóficas, sociológicas y antropológicas, caras a esta propuesta que, en su construcción, inevitablemente, se volverá a las narrativas memorias en el rescate y / o definición de una identidad local, reorganizando para ello las experiencias y los significados que reposan en los hechos y acontecimientos del pasado. En este sentido, las bases fundamentales para las nociones de memoria, cultura e identidad encuentran aporte en las obras de estudiosos de las cuestiones que envuelven la memoria e identidad y sus relaciones con el contexto de globalización y universalización, fuerzas estructurantes y organizativas de la contemporaneidad

Abstract

This article aims the foundation of the cultural debate established in the Camaquense community, starting with the 1st Forum of Culture and Identity, a project of the Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul-

FUNDASUL , with the support of the Humanities School of PUC- LOL. The objective of the project is to assure the existence of cultural values of Camaquenses, based on memories collected about events, characters and places (constituent elements of individual and collective memory, according to Pollak (1989), through life histories, experiences and meaning, popular knowledge, traditional and cultural knowledge, rescues of an identity subsumed in the objective factuality of local history. The Forum of Cultural Identity Camaquense, whose first edition was held in October 2017, opens important space for meeting and dissemination of ideas that allow to construct this debate, some concepts about memory and identity, and the definitions that emerge from them, will be discussed in a general way, later in future editions of the Forum), to widen the debate with more specific questions the construction of the memorial one desires. The reflective theoretical foundations bring to the debate philosophical, sociological and anthropological perspectives that are faced with this proposal, which in its construction will inevitably turn to the memory narratives in the rescue and / or definition of a local identity, reorganizing the experiences and the meanings that rest on the facts and events of the past. In this sense, the fundamental bases for the notions of memory, culture and identity find a contribution in the works of scholars of the questions that involve memory and identity and their relations with the context of globalization and universalization, structuring and organizational forces of contemporaneity.

He sido forastera durante casi toda mi vida, condición que acepto porque no me queda alternativa. Varias veces me he visto forzada a partir, rompiendo ataduras y dejando todo atrás, para comenzar de nuevo en otra parte; he sido peregrina por más caminos de los que puedo recordar. De tanto despedirme se me secaron las raíces y debí generar otras que, a falta de un lugar geográfico donde afincarse, lo han hecho en la memoria; pero ¡cuidado!, la memoria es un laberinto donde acechan minotauro. (ALLENDE,2004, P.13).

O trecho do livro, *Mi país inventado*, de Isabel Allende, traduz a condição de sujeito do mundo globalizado que, distante das raízes, sente-se avulso, tomado pelo sentimento de despertencimento do lugar em que habita. O sentimento de pertença ou o estabelecimento da identidade requer, segundo Gaddis (2003), o reconhecimento da relativa insignificância do sujeito no grande esquema das coisas. A perda dos antigos padrões de relacionamento social e a desintegração dos antigos laços entre as gerações são as responsáveis também pela desintegração do sujeito, um personagem que entra em conflito com sua identidade por não identificar sua herança cultural, no espaço em que habita.

Inventar o país é a possibilidade de ressignificá-lo através da memória. Ao invés de factualidades, Allende leva o leitor a uma aventura. A sua intenção é construir essa identidade a partir de alguém que nasce e cresce em um país e que se vê definido pela história social e cultural desse povo.

O personagem, nessa aventura, é livre para trazer à memória as lembranças do passado sobre as quais (re) inventa o seu país. As lembranças, contudo não são desprovidas de intencionalidade, estão fortemente relacionadas ao seu desejo sentimental de voltar a esse tempo. O saudosismo nostálgico conduz as lembranças e será o grande revelador de momentos eternizados pela memória.

Nessas circunstâncias, as sensações e pensamentos da personagem transcendem os fatos da história, levando o leitor a aventurar-se pela intenção pessoal da autora que é, na verdade, traduzir a partir de sua invenção, como a história social e cultural do Chile definiu a identidade do seu povo. A memória e a história são

valores inestimáveis para a construção de uma identidade, e a consciência desses aspectos tornam possíveis invenções como as de Allende, além de significarem a maturidade das relações humanas.

Percebe-se, daí, a necessidade de preservar o passado como um norteador para o enfrentamento das incertezas do presente e do futuro. A relação direta com a memória, tanto no plano individual como no coletivo permite o estabelecimento de vínculos com gerações passadas. A memória, segundo Pollak, é elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que “é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.” (POLLAK, 1989, p.16).

O fato de se fazer personagem nessa invenção favorece à autora (re)construir sua identidade a partir da tríade: “acontecimentos, personagens e lugares” que, Segundo Pollak, colaboram para a construção da memória, seja consciente ou inconscientemente, pois “há uma ligação fenomenológica muito estreita entre memória e o sentimento de identidade” (POLLAK, 1989, p.12). Assim, Allende desenvolve uma concepção de identidade cujo sentido está na imagem de si, para si e para os outros, ou seja, a própria representação, mas também a percepção que deseja passar aos outros.

Iniciar este artigo aludindo à obra de Isabel Allende tem explicação na estratégia literária utilizada pela autora para reconstruir-se a partir de uma invenção. A imagética, inerente ao ato de criação literária, não é diferente da construção da identidade. Ambas processam suas imagens a partir de um mundo consciente ou inconsciente, armazenado na memória. Assim, o processo de lembrar o passado torna-se um instrumento de revisão e reavaliação, uma espécie de autoanálise, que leva ao autoconhecimento.

Isso posto, objetiva-se a reflexão que se pretende neste trabalho: iniciar um debate com a comunidade camaquense, sobre o que a identifica como tal. Para a realização desse intento, alguns conceitos sobre memória e identidade, e todas as definições que advêm deles serão discutidas de forma genérica para, posteriormente, ampliar-se o debate com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja.

O presente artigo tem por objetivo fundamentar o debate cultural estabelecido a partir do I Fórum de Cultura e Identidade, um projeto da Fundação de Ensino Superior da Região Centro Sul, com o apoio da Escola de Humanidades da PUC-RS. A intenção deste projeto é a de assegurar a existência de valores culturais camaquenses, a partir de memórias coletadas sobre acontecimentos, personagens e lugares (elementos constitutivos da memória individual e coletiva, conforme Pollak (1989), “por meio de histórias de vida, experiências e significados, saberes populares, conhecimentos tradicionais e culturais”, resgates de uma identidade subsumida na factualidade objetiva da história local.

O Fórum, cujas duas primeiras edições foram realizadas, respectivamente, em outubro de 2017, e em agosto de 2018, abre importante espaço para encontro e divulgação de ideias que permitam construir esse debate solidamente e já prepara, para 2019, sua terceira edição com o tema: Etnias formadoras do povo camaquense.

Para início de conversa, no I Fórum, alguns conceitos sobre memória e identidade e as definições que deles advêm foram discutidas de forma genérica para, posteriormente - em edições futuras, ampliar-se o debate

com questões mais específicas para a construção do memorial que se deseja. Nesse sentido, o II Fórum destacou a necessidade de voltar-se às origens da produção de arroz, uma importante peça na construção da comunidade camaquense como fomentadora de uma agricultura que permanece sendo fonte de renda do município e é desenvolvida do cultivo à industrialização no próprio município.

Os fundamentos teóricos reflexivos trazem ao debate perspectivas filosóficas, sociológicas e antropológicas, caras à esta proposta que, na sua construção, inevitavelmente, voltar-se-á às narrativas memoriais no resgate e ou definição de uma identidade local, reorganizando, para isso, como Allende, as experiências e os significados que repousam nos fatos e acontecimentos do passado. Nesse sentido, as bases fundamentais para as noções de memória, cultura e identidade encontram aporte nas obras de estudiosos das questões que envolvem a memória e identidade e suas relações com o contexto de globalização e universalização, forças estruturantes e organizativas da contemporaneidade.

Memória

A Memória, entendida como a capacidade humana de retenção de fatos e experiências do passado, faz parte da cultura de qualquer nação. Transmitti-las às novas gerações fortalece as identidades. Nesse sentido, a relação existente entre memória e identidade é muito estreita e o interesse nessa relação ultrapassa o campo teórico.

Muitas áreas do conhecimento engajam-se às pesquisas e debates sobre a memória. Aludiu-se ao texto de Allende, na abertura deste artigo, justamente para ilustrar a contribuição da ficção contemporânea, confirmando o que advoga Birgit Neumann (2005, p.149) sobre a encenação dessa relação existente entre a memória e a identidade, recorrente na literatura. Para Neumann essas encenações representam exatamente como os indivíduos e os grupos se lembram, esquecem e constroem suas identidades a partir das versões do passado, problematizando a ideia da identidade como fenômeno estável, mostrando a sua fragilidade perante as transformações provocadas pelas movimentações globais, sociais e econômicas.

Nesse contexto, a lembrança ou a memória tem espaço insignificante. Seu enfraquecimento é inevitável, assim como o sentimento de pertencimento do sujeito que se desconecta do espaço e do tempo da memória pela falta de tempo e de espaço no presente para essa constituição. Perdem-se, então, as referências, e as identidades que constituíram as histórias deixam de ser reafirmadas.

É na memória do passado e em sua reconstituição que reside a permanência ou preservação das identidades que compõe a humanidade. De acordo com Woodwardl (2000, p. 11) “uma das formas pelas quais as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos”. Para o autor, as identidades, supostamente perdidas, estão no passado, de onde os povos buscam resgatá-las. Stuart Hall” (2000, p.108-109), para quem “as identidades parecem invocar uma origem que residiria em um passado histórico com o qual elas continuam a manter uma certa relação, também aponta o passado como o guardião

de um importante “tesouro” de valor essencial que o sujeito revisita constantemente para o seu próprio fortalecimento enquanto indivíduo.

Nessa trajetória, contudo, é bem possível que se constituam novas identidades, pois elas têm a ver com a forma como se utilizam esses recursos históricos, da linguagem e da cultura na produção do que o sujeito se tornou e não do que ele é (HALL, 2000, p.108-109). Citando Gilroy(1994), Hall acrescenta que as identidades “Têm a ver, não tanto com as questões “quem nós somos” ou “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados”, e “como essa representação afeta a forma como nós podemos representar a nós próprios”. Continua o autor (HALL,2000): “tem a ver com a “invenção da tradição quanto com a própria tradição, a qual elas nos obrigam a ler não como uma incessante reiteração mas como o “mesmo que se transforma”.

Analogamente às narrativas literárias, as identidades surgem “da narrativização do eu” (HALL,2000, p.109). Hall(2000) chama atenção para o fato de que a natureza necessariamente ficcional desse processo não diminui sua eficácia discursiva, material ou política, mesmo que a sensação de pertencimento, por meio da qual as identidades surgem, esteja, em parte, no imaginário, assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia. (HALL, 2000, p. 109).

As questões que envolvem a relação existente entre a memória e identidade são seculares. As notícias que se têm sobre essa discussão datam do século XVII, quando John Locke, contestava a existência de uma identidade essencial. Afirmava que as identidades precisam ser construídas e reconstruídas pelos atos de memória. Segundo o filósofo, o indivíduo, estaria em contato com sua própria identidade contínua através da memória dos seus pensamentos e ações passadas (WATT 1982, p. 27). Outro importante pensador da época, Hume, por sua vez, considerava que a nossa personalidade não poderia ser construída sem a memória. Para Hume é ela que possibilita ao ser humano a noção do encadeamento das causas e efeitos que formam aquilo que somos (WATT 1982, p. 27).

As teorias sobre essa relação assumem a perspectiva da coletividade a partir do século XX. As identidades são discutidas a partir de sua ligação com as memórias coletivas. A concepção de memória enquanto fenômeno social é cara a Maurice Halbwachs e Charles Bartlett. Para esses pensadores, as recordações estão envoltas em um contexto cultural e ideológico. Halbwachs(2013) defende a ideia de que a memória implica o ser social do homem, a memória individual alimenta-se da memória coletiva. Para o autor, o ato de lembrar não é autônomo, mas enraizado no movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político etc. – a que o indivíduo pertence. Essas relações e as construções memoráveis que as envolvem provocam o reconhecimento, a identificação do indivíduo como parte, como elemento naturalmente coeso e coerente desse espírito cultural que se constrói coletivamente, submetido que está a flutuações, transformações e mudanças constantes. Segundo Maurice Halbwachs (2013),

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Como psicólogo, nas décadas de 1920 e 1930, Bartlett, assim como outros estudiosos da memória, passou a suspeitar de visões da memória como faculdade mental, capacidade individual, natural, transmitida biologicamente, que durante muito tempo dominaram a psicologia tradicional e as áreas biológicas e neurológicas. Como Halbwachs, ele redimensiona a questão, considerando a memória como processo intrinsecamente relacionado à natureza social do homem, às organizações e práticas dos grupos, à linguagem. O foco de sua concepção está na interdependência existente entre recordação e percepção, imaginação e pensamento construtivo, bem como nas condições especificamente sociais que marcam esses processos.

Jan Assmann e Aleida Assmann¹, professores alemães, desmembram o conceito de “memória coletiva”, de Maurice Halbwachs², em “memória cultural” e “memória comunicativa”. Os dois modos diferentes de lembrar, incluem a esfera cultural no estudo da memória e possuem quatro dimensões segundo os autores: a memória mimética, a memória das coisas, a memória comunicativa e a memória cultural.

A memória mimética refere-se a atividades que se aprendem mediante imitação, como é o caso dos atos rotineiros. A memória das coisas refere-se às relações que se criam entre o homem e os objetos. O homem, afirma Assmann (2005: 23), que vive sempre cercado por objetos, investiu neles “suas ideias sobre a utilidade, conforto, beleza e, assim, investiu a si mesmo.” Nesse sentido, os objetos são capazes de evocar o seu passado e espelhar a sua própria imagem. A dimensão temporal, que os objetos possuem podem oferecer uma interpretação do passado e do presente. As coisas podem chegar a exercer uma função social muito importante no sentido de oferecer uma imagem de permanência e estabilidade.

Quanto a “memória comunicativa”, esta abrange, segundo Assmann, aqueles conteúdos e formas que possibilitam a comunicação cotidiana do indivíduo com a sua comunidade. É um conceito que se refere ao momento agora ou a um passado recente. Trata-se da memória que nós compartilhamos com os nossos contemporâneos (como é o caso da memória da geração - exemplo típico da memória comunicativa (ASSMANN 2005: 59). No entanto, caracterizada pela desorganização e instabilidade temática, a memória comunicativa não oferece quaisquer pontos fixos que poderiam assegurar a sua resistência através do tempo. Esse tipo de fixação só pode ser obtido por meio duma formação cultural, ou seja, fora do campo da memória cotidiana informal (ASSMANN 1995: 127). Esse é para o autor o âmbito da memória cultural.

¹ Jan Assmann é professor de Teoria Cultural e Religiosa da Universidade de Konstana; Aleida Assmann é professora de Língua Inglesa e Literatura Comparada na mesma Instituição. Desenvolve, no campo da Ciência da Cultura, teoria de memória cultural.

² Assmann (1995: 128) diverge da posição teórica de Halbwachs que considerava que a memória coletiva só se referia ao campo da comunicação cotidiana, ou seja, acreditava que para além da referência contemporânea, a memória se transformava em história. Para Assmann, Halbwachs estaria assim desconsiderando o aspeto mais duradouro da memória coletiva, aquele que conta com a cultura objetivizada para a transferência do seu conteúdo simbólico. Ou seja, o sociólogo francês acreditava que, uma vez que a comunicação viva passasse para as formas da cultura objetivada das representações materiais e das práticas simbólicas (textos, imagens, ritos, comemorações etc.), a memória se tornaria história. Assmann disputa com essa tese, dizendo que a cultura objetivizada contribui para a coesão dentro do grupo e sua identidade. Graças a esse tipo de memória, o grupo mantém sua consciência da unidade e especificidade.

A “memória cultural”, quarta dimensão da memória, segundo Assmann, refere-se a uma memória “intermediada” que extrapola o nível do cotidiano, remetendo-se a eventos de um passado que vai além da memória vivida/vivenciada. Pode-se dizer que essa noção de memória inclui todas as outras dimensões. Os atos rotineiros da memória mimética podem assumir estatuto de rituais e estes exercem a importante função de transmitir, de encenar uma cultura, ultrapassando o valor de sua natureza; os objetos sofrem o mesmo processo. Quando se transformam em símbolos, em ícones ou monumentos, os objetos extrapolam a dimensão de pura memória de objetos.

A memória cultural, então, é o resultado da intersecção de muitas outras memórias, contudo, ela não é espontânea, mesmo tendo seus pontos fixos nos eventos fiéis do passado. Segundo o professor alemão, “A memória cultural preserva o estoque de conhecimento a partir do qual um grupo deriva a consciência da sua unidade e singularidade.” (ASSMANN 1995: 130). Esses saberes, contudo, precisam estar acessíveis para a sua manutenção, e esta, por sua vez, formaliza-se “mediante cerimônia, (...)” e “depende tipicamente das práticas especializadas para a sua transmissão, o que significa que existem portadores designados de memória.” (WHITEHEAD, 2009: 132).

Assim como a memória dos eventos do passado se dá através da sua fixação em textos, em rituais, em monumentos, formas culturais que garantem sua resistência no tempo, a memória cultural também precisa de formas organizadoras, como os rituais, as festas, as feiras, enfim, situações de vivência coletiva que permitem a manutenção e o desenvolvimento da cumplicidade, da identificação mútua, na busca de uma identidade própria.

Muitas são as formas e os sistemas simbólicos que conferem continuidade e especificidade identitária a uma civilização, a uma comunidade ou a um indivíduo. Para o Fórum de Identidade Camaquense interessam os processos identitários mnêmicos que se apresentam figurados mediante formas e sistemas simbólicos: rituais, monumentos, objetos, acontecimentos, alimentação, vestuários, imagens, paisagens, palavras, textos, literatura, política, sistemas educacionais, sistemas legais, culturas agrícolas, pecuária, economia, pessoas, etc., que concedem uma especificidade identitária e também podem funcionar como fatores de continuidade da identidade coletiva ou individual através do tempo.

A memória desses eventos cumpre importante papel social, por isso, não se pode permitir que se apaguem esses rastros ou que sua representação caia no esquecimento. Isso seria desvincular o homem das raízes que o identificam, quebrando os elos que unem os tempos, impossibilitando-o de compreender as razões das transformações sociais, políticas, culturais e econômicas dando sentido aos belos versos do Hino sul-rio-grandense “povo que não tem virtude, acaba por ser escravo”.

Evoluir é preciso e não há como estagnar ou impedir o desenvolvimento, no entanto, aprender a conciliar os aspectos representativos do passado com os do presente é imprescindível. Sem memória, perdem-se conhecimentos e identidades e compromete-se todo o fundamento do indivíduo e da coletividade que se sustenta no registro de experiências, na instituição de tradições culturais passadas de geração à geração.

A razão do movimento formado em prol da Memória e identidade camaquense, com o Fórum tem base na fragilidade da memória que identifica o povo camaquense. Por essa razão, aposta no ato de compartilhá-la

para solidificar o relacionamento coletivo, alicerçado por uma bagagem cultural comum, capaz de levar a uma ação.

Identidade em Crise

Se a memória não encontra espaço/tempo no presente pela nova ordem social, muito, também, atribui-se à pós-modernidade na questão que envolve a crise de identidade cultural. Lyotars, filósofo francês, em sua obra *A condição pós-moderna*, definiu o período assim conceituado como o tempo da “incredulidade em relação às metanarrativas” (2002), ou seja, o final do século XX foi marcado pela perda da crença em visões totalizantes da história que prescreviam regras de conduta política e ética para toda a humanidade. Dessa forma, o saber pós-moderno estabelece uma proposta outra de mobilização para a humanidade que pressupõe o abandono ou a negação das grandes narrativas ou visões de mundo previsíveis.

Até então, o “saber”, segundo Lyotars(2002), entendia um conjunto de conhecimentos que autorizava determinadas pessoas (juízes, cientistas, filósofos, artistas...) a emitirem juízos de verdade oral e estética, a definir o certo ou errado, bom ou mau, feio ou belo. O acordo comum existente na sociedade sobre esses valores, perde força e relativizam-se as verdades, negando-se a materialidade como definição do real. A realidade passa a ser o sentido que os sujeitos podem dar às coisas. Vêm à luz, então, outros saberes que se fortalecem na relação com o contexto em que variadas linhas de pensamento têm suas maneiras próprias de explicar a construção da realidade, contribuindo para a formação de novas e diferentes identidades, advindas de realidades consideradas “menores” dominadas historicamente, suprimidas em relações de poder. (LYOTARS, 2002)

Esse aspecto do pós-modernismo, considerado radical, porque incompreendido pelos conservadores, desacomoda as instituições permanentes nos diversos domínios sociais, pois passa a reconhecer “as múltiplas formas de alteridade que emergem das diferenças de subjetividade, de gênero e de sexualidade, de raça, de classe, de configurações de sensibilidade temporal e de localização e deslocamentos geográficos espaciais temporais” (HUYSSSENS 1984, p.50).

A sociedade sofre, desmaterializa-se. Seus conceitos estruturantes, que até então realizavam o sujeito de forma autônoma e alheia ao universo que a compõe, contemplando-o como fruto passivo³, são desconstruídos. O sujeito, liberto da prisão das narrativas legitimadoras, e da falta de sentido nelas existente, apropria-se de sua própria liberdade. Contudo, é nessa falta de sentido que se instala sobre as antigas verdades, que as experiência de mundo, como algo que precisa de sentido, tornam-se fundamentais.

³ Segundo Durkheim (1999, p.28) a priori, essas estruturas são independentes da ação do sujeito, visto que a sociedade é regulada como um imenso corpo social no qual cada um desempenha uma função específica de forma isolada e individual, sendo “considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós.” (Durkheim, 1999, p.28).

Levando-se em conta o processo de transformação por que passou a sociedade em função dos movimentos sociais, a identidade desloca-se com a mesma rapidez das mudanças e interações ocorridos no espaço em que o sujeito está inserido. Segundo Hall (2006), a identidade é objeto da interação entre o indivíduo e a sociedade. O sujeito tem sua essência interior, no entanto é a partir da relação com diversos mundos culturais que sua identidade se estabelece. Desse modo, para explicar o sujeito e a realidade social, chega-se a conceitos de Pós-modernidade. A explicação do sujeito e da realidade nesse contexto, exige novos conceitos.

Do ponto de vista sociológico, para Zigmund Bauman⁴, sociólogo polonês, autor de “Modernidade líquida”, *“pós-modernidade” significa uma sociedade (ou um tipo de condição humana)*. Bauman pontua a modernidade líquida como um momento de exaltação da liberdade individual. A ordem criada pelo, e a serviço do poder controlador da modernidade, cujo propósito era manter nos eixos da história um projeto de segurança, tolhendo, para isso a liberdade, sofre uma quebra. Essa é a liquidez que supõe o conceito de Baumann, a troca do controle e da segurança, em que tudo é previsível, pela liberdade, que não só relativiza como torna o mundo e as relações inseguras e imprevisíveis.

Segundo Baumann, (2005, p.33) há uma movimentação veloz do mundo em constante aceleração, por isso não se pode confiar na pretensa utilidade das estruturas supostamente duráveis ou atemporais. São estruturas que não incluem novos conteúdos, mostram-se “desconfortáveis e incontroláveis para acomodar todas as identidades novas, inexploradas e não-experimentadas que se encontram tentadoramente ao nosso alcance(...)” (BAUMANN, 2005, p.33). Nesse novo contexto, a que Baumann define como “admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis” (...), “as identidades ao estilo antigo, rígidas e inegociáveis simplesmente não funcionam.” (BAUMANN, p.33).

É diante dessa nova ordem, e projeção do sujeito, e da insegurança nas verdades totalizantes da história que excluiu o que ao seu projeto era estranho na tentativa de unificar, de fixar padrões, valores e, conseqüentemente, identidades, estabelece-se a crise. Para Hall, as transformações também mudam as identidades pessoais, abalando a ideia de sujeitos integrados.

Há, segundo o sociólogo, um sentimento de perda de um “sentido de si” estável na sociedade, algumas vezes, chamada de deslocamento ou descentração do sujeito. É esse duplo deslocamento (descentração dos indivíduos tanto de seu lugar no mundo social e cultural quanto de si mesmos) que constitui uma “crise de

⁴ Uma das razões, segundo o próprio autor, que o levou a falar em “modernidade líquida, em vez de “pós modernidade”, foi o fato de ter cansado de tentar esclarecer uma confusão semântica que não distingue sociologia pós-moderna de sociologia da pós-modernidade, entre modernismo” e “pós-modernidade”. No seu vocabulário, “pós-modernidade” significa uma sociedade (ou, se se prefere, um tipo de condição humana), enquanto que “pós-modernismo” se refere a uma visão de mundo que pode surgir, mas não necessariamente, da condição pós-moderna.

identidade” para o indivíduo (HALL, p.09). Para Hall, tal sujeito já foi um dia considerado unificado. Os quadros fixos de referência, até então, forneciam aos indivíduos fortes localizações sociais, sensação de pertinência, de pertencimento, em um universo centrado.

Hoje, de uma forma geral, tanto nos grandes centros urbanos como no interior dos estados há um sentimento de cisão, de fragmentação, de deslocamento e descentramento em meio a uma polissemia de identidades, reforça Hall, com as quais o indivíduo precisa lidar, tais como seu pertencimento ou suas “paisagens culturais” de nacionalidade, de classe, de etnia, de religiosidade, de língua, de sexualidade e de gênero (HALL, 2014, p. 09).

Assim, a identidade está sujeita a essa insegurança em que deixam de ser estranhos aqueles até então excluídos ou desconsiderados pela história, revelando-se novas identidades. Um tanto contraditórias, mas positivas, essas identidades trazem uma concepção de sujeito provisório, variável e problemático, alguém como não tendo uma identidade fixa, essencial ou permanente, reflete o autor.

Apesar da complexidade, esse parece ser um critério para se tentar definir identidade, pois de acordo com Hall, (2003, p.13), é uma fantasia considerar a identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente. A falta daquele centro estruturante que fornecia ao indivíduo a localização social ou identitária - deixa-o vazio - não há mais um, mas vários centros de poder, que podem ser articuláveis, no seu conjunto. Assim, a desestruturação das identidades, trazidas estavelmente do passado até aqui, obedece ao propósito da pós-modernidade. (Cada época constitui-se por um espírito, único e contextual). Na questão da identidade, como esta reitera-se ou reafirma-se a partir da memória ou das histórias disseminadas pelo constructo e objetivos sociais, a incredulidade pós-moderna nas narrativas históricas foi provocada pela sua própria escassez.

Com base nisso, mas com a certeza de que as tendências que surgem para a explicação dos fenômenos sociais em movimento eram demasiadamente recentes e ambíguas, assim como o próprio conceito de “identidade”, demasiadamente complexo, muito pouco desenvolvido e muito pouco compreendido na ciência social contemporânea para ser definitivamente posto à prova,(HALL, 2014,p.10), Hall explorar algumas das questões sobre a identidade cultural na modernidade tardia em *A identidade cultural na pós-modernidade*(1992). Nesta obra, o sociólogo distingue três concepções diferentes que determinam a evolução do processo identitário que define diferentes sujeitos. Na origem do processo Hall determina o sujeito do Iluminismo, baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação, cujo “centro” consistia num núcleo interior. O centro essencial do eu era a identidade de uma pessoa. O sujeito do iluminismo galgava-se no tradicionalismo.

A segunda noção de Hall é a de sujeito sociológico, interativo. A identidade é formada na “interação” entre o eu e a sociedade. Nele reflete-se a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo e autossuficiente, mas era formado na relação com “outras pessoas importantes para ele”, que mediavam para o sujeito os valores, sentidos e símbolos — a cultura — dos mundos que ele/ela habitava. Esta, na verdade, tornou-se uma concepção sociológica clássica para a sociologia interacionista para a qual o sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o “eu real”, mas este é formado

e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.

Nessa concepção sociológica, a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” — entre o mundo pessoal e o mundo público, ou seja, o indivíduo projeta a si próprio nessas identidades culturais, ao

mesmo tempo que internaliza seus significados e valores que acabam por se tornar partes de si. Esse movimento de internalização e exteriorização é responsável por alinhar os sentimentos subjetivos com os lugares objetivos ocupados pelo sujeito no mundo social e cultural ao mesmo tempo que se compõe um elo entre identidade e estrutura. Sujeito e mundos culturais por ele habitados unificam-se, tornando-se predizíveis, estabilizados.

É, no entanto, justamente esse conceito de identidade estável e unificada que está mudando. A identidade, segundo Hall, torna-se uma “celebração móvel” diante das várias identidades que caracterizam a(s) nova(s) paisagem(ns) social(is), com suas mudanças estruturais e institucionais. Nesse contexto ocorre a cisão da conformidade existente entre os sentimentos subjetivos e as necessidades objetivas da cultura, tornando problemático, variável e provisório o próprio processo de identificação cultural do sujeito pós-moderno.

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente, unificada ao redor do “eu” desde o nascimento até a morte é uma idealização, porque o sujeito constrói uma cômoda estória sobre si mesmo ou uma confortadora “narrativa do eu” (HALL, 1990). Ao contrário disso, a identidade é transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam (HALL, 1987). À medida em que esses sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, - o homem é confrontado por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais pode se identificar — ao menos temporariamente.

O deslocamento do sujeito deu origem à terceira concepção de identidade de Hall, a de sujeito pós-moderno que não possui uma única ou permanente identidade, mas várias. Para o autor, algumas delas são contraditórias e outras não são resolvidas, ou seja, esse sujeito da modernidade tardia celebra a identidade “móvel”, pois o indivíduo “assume identidades diferentes em diferentes momentos”, esse deslocamento constante torna a identidade, antes, plenamente unificada, segura e coerente numa fantasia, não mais possível de ser atingida ou alcançada nos dias atuais (HALL, 2014, p. 12).

Se existe, então, uma crise da identidade, está-se diante de um problema: “a identidade só se torna um problema quando está em crise, quando algo que se supõe fixo, coerente estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza” (MERCER, 1990, p.4). Esse sentimento, de certa forma, está presente em todo o mundo. Isso é perceptível nos movimentos e lutas que se formam a partir dos diferentes resultados em termos de identidade produzidos pela globalização. Para Kathryn Woodward (In.:SILVA, 2000, p.7), o mercado global promove uma homogeneização cultural e pode levar ao distanciamento da identidade relativamente à comunidade e à cultura local. De forma alternativa, isso “pode fortalecer ou reafirmar algumas identidades nacionais e locais ou levar ao surgimento de novas posições de identidade.”

Memória e Identidade sem Crise

O conceito de identidade em crise de Stuart Hall possibilita a compreensão dos sentimentos de abandono ou distanciamento das origens, das tradições e legados tão caros à cultura de um povo, que se dão a partir do sentimento de pertencimento e de identificação. Longe ou fora do contexto de identidade, obrigado ao

deslocamento pela propulsão feroz da globalização, o sujeito vive sua diáspora, histórica e socialmente, exatamente como se sente a personagem de *Mi país inventado*: “He sido forastera durante casi toda mi vida, condición que acepto porque no me queda alternativa. Varias veces me he visto forzada a partir, rompiendo ataduras y dejando todo atrás, para comenzar de nuevo en otra partelevando.” (ALLENDE,2004)

Seja para onde for, consigo seguem seu pertences, entre eles o quê tem de mais valioso: a sua cultura, possibilitando, desse modo, o encontro e a troca de diversas sociedades e culturas, nos novos contextos. O conceito de diáspora, faz muito sentido para a reflexão que se constrói neste artigo por inter-relacionar-se com o conceito de identidade em crise. Ambos tratam da desestabilização do sujeito no emaranhado do movimento global que renova e afirma novas identidades étnicas, culturais e sociais ao mesmo tempo que buscam por identidades supostamente perdidas.

Vistos sob esse ponto de vista, os marcos ou aspectos historicamente fixos deixam de existir ou enfraquecem como pontos de referência na definição de cultura, de sociedade e de identidade. Isso explica algumas lutas de países e de estados, por exemplo, pelo retorno ou pela busca de antigas certezas étnicas, religiosas ou nacionais. De acordo com Woodward, que cita Daniels,(1993, p.5) a fragmentação do presente ganha sentido para algumas comunidades no retorno a um passado perdido, ordenado por lendas e paisagens, por histórias de tempo de ouro e conquistas, antigas tradições, por fatos heroicos e destinos dramáticos localizados em terras prometidas, cheias de paisagens e locais sagrados.

Para Hall(1996), as identidades invocam suas origens no passado histórico porque com elas continuam a manter uma correspondência. No entanto, adverte o autor, elas têm a ver, com outra questão. Trata-se da forma como se utilizam os recursos da história e da cultura “para a produção daquilo não do que nós somos, mas daquilo no qual nos tornamos” (HALL, 1996), tem a ver, complementa Hall: “não tanto com as questões “quem nós somos” ou “de onde viemos”, mas muito mais com as questões “quem nós podemos nos tornar”, “como nós temos sido representados” e “como essa representação afeta a forma como podemos representar a nós próprios”.

A(s) nova(s) identidade(s) se configuram, então, pela renovação, pela transformação das tradições que, na verdade, não morrem ou deixam de existir. O retorno às raízes passa, neste contexto, a ser uma negociação de “nossas rotas, reitera Hall, citando Gilroy,(1994). As rotas, destaca o autor, “surgem na narrativização do eu, apesar de sua natureza necessariamente ficcional”. Para Hall esse processo não diminui sua eficácia discursiva, material ou política, “mesmo que a sensação de pertencimento, mesmo que o que ligue o sujeito à história, de onde surgem as identidades, “esteja, em parte, no imaginário (assim como no simbólico) e, portanto, sempre, em parte, construída na fantasia ou, ao menos, no interior de um campo fantasmático” (HALL, 1996).

É neste imaginário, é na memória do povo camaquense que se enseja fazer despertar os valores que o identificam. Sabe-se que improdutiva seria a tentativa de unificação de uma identidade nesse movimento que resulta em novas configurações de sociedade. Contudo, é necessário que se preserve o que existe na memória da população, que hoje também vive sua diáspora e o seu deslocamento identitário e cultural.

Para que esse propósito se realize, deu-se o primeiro passo com a Criação deste projeto, voltado, principalmente, para a promoção de espaços para a comunidade local discutir as questões relativas ao resgate

e à renovação da identidade local, subsumida na massificação cultural característica da globalização. Pedroso (1999) entende que: “Um povo que não tem raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação”. Pretende-se, assim, através do Seminário que acontecerá anualmente, estimular e construir estruturas favoráveis à manifestação das inúmeras vozes e expressões artísticas, culturais, sociais, políticas, religiosas que a cidade e o município abrigam na sua “fantasmática” memória, onde reside um universo simbólico e sentidos compartilhados pela população camaquense que a identificam. Trata-se de uma construção que define o que é cultura:

(...)una construcción específicamente humana que se expresa a través de todos esos universos simbólicos y de sentido socialmente compartidos, que le ha permitido a una sociedad llegar a “ser” todo lo que se ha construido como pueblo y sobre el que se construye un referente discursivo de pertenencia y de diferencia: la identidad . (ARIAS, 2002, p. 103).

A consciência universal de respeito e experiência da cultura como forma de valorizar a diversidade cultural dos povos e como enriquecimento cultural, não exclui, sobremaneira, a proteção de uma memória distinta, de uma cultura particular, no sentido de uma comunidade ou região. A assimilação da história ou da construção cultural do outro não implica desconhecer a sua. A apropriação cultural permite que os sujeitos compreendam a importância de mantê-la viva na memória e concebam a proteção e a valorização da cultura como uma forma de preservar o que se é. Segundo Barros (2008). “Proteger não significa defender o isolamento ou o fechamento ao diálogo com outras culturas, mas sim encontrar meios de promover a sua própria cultura”.

Promover a cultura local através de debates, palestras, colóquios oficinas e relatos de vida e memória para reconhecer a formação da identidade camaquense proporciona não só o conhecimento das raízes da própria cultura, mas a importância que isso tem na definição do sujeito enquanto cidadão situado socialmente. O compromisso desse sujeito enquanto cidadão é dar sentido à vida individual e à vida coletiva prospectando o futuro na valorização da sua cultura. As mudanças culturais ocorridas no presente e as que ainda estão por vir, só podem ser entendidas quando se conhece o início dessa construção. Nas raízes encontra-se legitimidade. Assim, não haverá crise na Identidade, mas a criação ou a recriação constante de identidades.